

## **Deficiência e “novo normal”: algumas reflexões para aleijar a universidade**

*Disability and “new normal”: some reflections to cripple the university*

*Discapacidad y “nueva normalidad”: algunas reflexiones para lisiar la universidad*

Marcia Moraes<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8581-6126>

Camila Araújo Alves<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6152-0665>

Anna Paula Rezende<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7272-2630>

Lucila Lima da Silva<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7320-9188>

Maudeth Py Braga<sup>5</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9750-2204>

Alexandra Tsallis<sup>6</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-1221-137X>

Ana Luísa Filipe Chiluvane<sup>7</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6879-997X>

Stallone Pereira Abrantes<sup>8</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5329-9670>

Maria Aparecida dos Santos<sup>9</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4332-4334>

Rafaelle Cristine Diogo Melo<sup>10</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0305-9601>

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira<sup>11</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6731-7032>

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: [marciamoraes@id.uff.br](mailto:marciamoraes@id.uff.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: [camilaaraujoalves@yahoo.com.br](mailto:camilaaraujoalves@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: [annarp8@hotmail.com](mailto:annarp8@hotmail.com).

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: [lulima\\_psi@yahoo.com.br](mailto:lulima_psi@yahoo.com.br).



<sup>5</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: maudethpy@id.uff.br.

<sup>6</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: atsallis@gmail.com.

<sup>7</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: analufc15@gmail.com.

<sup>8</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: stallone\_abrantes@hotmail.com.

<sup>9</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: mariasantosiris2@gmail.com.

<sup>10</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: psirafaellemelo@gmail.com.

<sup>11</sup> Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: valdirene.oliveira@ifac.edu.br.

## Resumo

Fundamentado teoricamente na perspectiva feminista do modelo social da deficiência, o texto explicita as contradições presentes no “novo normal”, conjunto de práticas, assim nomeadas, que orientam o cotidiano pós-pandemia. Seguindo as lutas das pessoas com deficiência, indicamos que as prescrições sanitárias têm desconsiderado os corpos deficientes, seja com informações inacessíveis, seja com práticas distantes da diversidade funcional dos corpos. Em contraposição, afirma-se que a deficiência deve ser uma categoria central na composição do mundo pós-pandemia. A conclusão aponta para a força política e epistemológica da Teoria Crip, que afirma ser urgente aleijar o mundo a fim de abrirmos outras possibilidades de laço social, não mais pautadas pelo normal, mas sim pelo aleijado. A convocação final é para aleijar a universidade, de modo que a produção de conhecimento seja centrada na deficiência e na acessibilidade.

**Palavras-chave:** Deficiência. Pandemia. Modelo social da deficiência.

## Abstract

*Theoretically based on the feminist perspective of the social model of disability, the text explains the contradictions present in the “new normal”, a set of practices, thus named, that guide the post-pandemic daily life. Following the struggles of people with disabilities, we indicate that sanitary prescriptions have disregarded bodies with disabilities, either with inaccessible information or with practices that are far from the functional diversity of bodies. In contrast, it is stated that disability should be a central category in the composition of the post-pandemic world. The conclusion points to the political and epistemological strength of the Crip Theory, which states that it is urgent to cripple the world in order to open up other possibilities of social ties, no longer guided by the normal, but by the crippled. The final call is to cripple the university, so that knowledge production is centered on disability and accessibility.*

**Keywords:** Disability. Pandemic, Social model of disability.

## **Resumen**

*Basado teóricamente en la perspectiva feminista del modelo social de la discapacidad, el texto explicita las contradicciones presentes en la “nueva normalidad”, un conjunto de prácticas, así denominadas, que guían la vida cotidiana pospandemia. Siguiendo las luchas de las personas con discapacidad, indicamos que las prescripciones de salud han desatendido a los cuerpos discapacitados, ya sea con informaciones inaccesibles o con prácticas alejadas de la diversidad funcional de los cuerpos. Por el contrario, se argumenta que la discapacidad debería ser una categoría central en la composición del mundo pospandemia. La conclusión apunta a la fuerza política y epistemológica de la Teoría Crip, que afirma que es urgente lisiar el mundo de forma que nos abramos otras posibilidades de lazo social, ya no guiadas por el normal, sino por el lisiado. La última llamada es a lisiar la universidad para que la producción de conocimiento se centre en la discapacidad y la accesibilidad.*

**Palabras llave:** *Discapacidad. Pandemia. Modelo social de la discapacidad.*

## **1 Introdução: nós**

Este texto é escrito a muitas mãos. Somos mulheres e uma bicha nordestina, pesquisadoras, integrantes de um grupo de pesquisa intitulado PesquisArCOM, vinculado à Universidade Federal Fluminense, cuja história de parcerias é bastante longa. Vale ressaltar que o nome do grupo de pesquisa é também o que define a nossa direção teórico-metodológica. Entre nós há pessoas brancas, pretas, indígenas, heterossexuais, lésbicas e bichas, sem deficiência e com deficiência, falantes de espanhol da Argentina e da língua portuguesa que se fala diferentemente no Brasil e em Moçambique, tanto originárias do Sudeste, do Norte e do Nordeste brasileiros como de Moçambique. Estamos, cada uma de nós, em diferentes momentos dos nossos percursos de vida profissional e pessoal. Algumas de nós começam agora a pós-graduação, outras são docentes de universidades públicas no estado do Rio de Janeiro.

Há elos que nos ligam e nos levam a assinar juntas esse trabalho. De um lado, a questão da deficiência nos toca em diferentes pontos de nossas vidas, seja como experiência vivida corporalmente, já que uma de nós é uma mulher cega e outra tem baixa visão, seja porque estamos engajadas em campos de atuação nas áreas da deficiência, da inclusão, da educação, da reabilitação da pessoa com deficiência. De outro lado, nossas pesquisas, ainda que realizadas em distintos campos e com questões também distintas, entrelaçam-se em apostas teórico-metodológicas afinadas com a perspectiva feminista do modelo social da deficiência (Diniz, 2003) e do PesquisArCOM (Moraes, 2010).

Moraes (2010) entende como PesquisArCOM um conjunto de ações e reflexões que, ao serem atravessadas pela conjunção “e”, constitui um pensamento aditivo. Por essa via, o que se propõe é sair da perspectiva moderna ancorada na conjunção “ou”, numa compreensão

excludente do mundo e da vida, dualizando os elementos, corpo ou mente, dentro ou fora, ciência ou senso comum, e assim sucessivamente. Alves (2020) também afirma a importância do PesquisadorCOM no campo da deficiência, especialmente quando trabalha as questões relativas às políticas de acessibilidade. Nesse caso, é suposto que os manuais técnicos darão conta de que tudo o que se precisa saber sobre acessibilidade; no entanto, como salienta a autora, tal suposição está embasada numa pré-concepção de que há respostas fixas para determinadas questões impostas pela deficiência. Discordando desse modo de pensar, a autora propõe que as ações de acessibilidade sejam feitas com pessoas com deficiência, e não somente para elas. Isso significa que a gestão dos espaços, dos projetos – sejam nas áreas da cultura ou em outras áreas – precisa ser feita com pessoas com deficiência. Há também, salienta a autora, um caráter sempre experimental nas ações de acessibilidade, no sentido de um teste, de uma aproximação de formas experimentais de promover o acesso junto das pessoas com deficiência. Essa concepção está presente no modo como escrevemos este artigo. A experimentação é, para nós, uma aposta política, inclusive no campo da escrita.

Por política apresentamos um conjunto de ideias, valores, afetos e movimentos presentes nas variadas esferas sociais que produzem conhecimento, ética e subjetividade. A escrita emerge nesse processo como uma maneira de refletir não apenas acerca do que a modernidade produziu nos últimos tempos, mas como uma potente ferramenta de fazer aparecer embates e questões que para nós são caras e, portanto, fundamentais na nossa maneira de pensar e agir.

Antes de seguirmos na escrita, há uma advertência quanto ao uso que fazemos do pronome pessoal “nós”, primeira pessoa do plural. Tal advertência é fundamental na política de escrita deste artigo. Se nos colocamos enquanto grupo de pesquisa, atravessado por fortes ligações teórico-metodológicas, e por amizades, por parcerias nas lutas emancipatórias da deficiência e em outras lutas, é crucial deixarmos neste texto as marcas de nossas diferenças. Uma das marcas se fará presente por meio do uso do pronome pessoal, escrito na primeira pessoa do plural porque somos um coletivo. Há, porém, que tecer o “nós” com outros atores. Assim, em alguns momentos, os leitores e leitoras notarão que o endereçamento do pronome irá se referir não a nós, autoras deste trabalho, mas ao coletivo de pessoas com deficiência. Em algumas passagens do texto, o protagonismo da escrita será das pessoas com deficiência convocando outras pessoas com deficiência na composição do “nós”. Em alguns casos, o contexto dará aos leitores e leitoras o sentido do “nós”. Já em outros casos, constará entre

vírgulas a expressão “pessoas com deficiência”. A escrita deste artigo contou ainda com trechos do relato testemunhal de Anna Paula Rezende, pessoa com baixa visão, enviado ao grupo de pesquisa por meio de um aplicativo de troca de mensagens, por ocasião da elaboração do trabalho, entre os meses de junho e julho de 2020.

O texto que ora escrevemos é uma reelaboração de um outro trabalho, escrito por duas de nós (Moraes; Alves, 2020). Retomamos a temática do texto anterior e a desenvolvemos com outros argumentos, não presentes no primeiro trabalho, que tinha uma limitação de palavras por se tratar de um resumo expandido.

Vale lembrar que a chamada inicial que nos convocava para a escrita do resumo expandido nos interrogava quanto ao que a universidade aprende e ensina acerca da deficiência durante a pandemia. Para nós, o que logo se fez presente foi a necessidade de reformulação da questão inicialmente proposta, já que a locução prepositiva “acerca de” significa “sobre”. Essa sentença, com tal locução prepositiva, não cabia em nossos modos de pensar e de lutar. Neste ponto, as apostas teórico-metodológicas que nos reúnem se fizeram presentes: o foco do texto não é o que a universidade aprende e ensina sobre a deficiência, mas com a deficiência. Dizer que a universidade aprende e ensina alguma coisa “acerca da” deficiência guarda um sentido que temos questionado por ser uma ação “sobre” a deficiência e não “com” as pessoas com deficiência. O fazer COM e não SOBRE a deficiência é uma direção ética na qual nos engajamos (Alves, 2016; Franco, 2016; Manso, 2016; Monteiro *et al.*, 2019; Moraes, 2010; Silva, 2018).

Muitas pessoas com deficiência são *experts* no que diz respeito ao que lhes cabe como direito. Se, mundo afora, as pessoas com deficiência lutam por acesso e por direitos há tantos anos (SDH, 2010), não foi durante a pandemia que deixaram de fazê-lo. Aliás, o descanso da luta é um privilégio do qual nós, pessoas com deficiência, não temos como desfrutar. Desde o início da pandemia, nós, pessoas com deficiência, tivemos que adaptar nossos modos de vida para plataformas virtuais nada acessíveis, passando de um mundo fisicamente inacessível para um mundo virtualmente inacessível. Foram inúmeras as informações publicadas dia a dia, com imagens sem descrição, áudios sem legendas e sem intérpretes de libras, linguagens de difícil entendimento. E, mesmo quando existiam acessibilidades disponíveis, havia também um modo e um tempo de funcionar com esse mundo virtual que muitas vezes são naturalizados para as pessoas corponormativas, sem deficiência, e que atropelam as pessoas com deficiência.

Anahi Mello (2016) retrata o sentido da corponormatividade como uma proposição da Teoria Crip,<sup>1</sup> que, a partir da heteronormatividade compulsória proposta pela Teoria Queer, afirma que o cenário social moderno se constituiu com base em uma “corponormatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais” (p. 3271). Assim, o que se instala socialmente é uma hierarquia dos corpos a partir de suas capacidades e funcionalidades. Essas pesquisas têm se conectado com os estudos da deficiência porque oferecem uma chave de inteligibilidade para as opressões aos corpos deficientes, tomados como corpos incapazes. Por exemplo, o uso do intérprete de libras, recurso fundamental para o acesso de algumas pessoas surdas ao conteúdo do que é exposto nas *lives*, nos *webinars* e em outros encontros virtuais, não é a solução universal de acesso para pessoas surdas. Há que se levar em conta a multiplicidade dos modos de vida das pessoas com deficiência auditiva, algumas das quais não usuárias da língua brasileira de sinais (Libras), mas sim da leitura labial e das legendas (*closed caption*).

A violência da falta do acesso nos informa, a nós, pessoas com deficiência, que não pertencemos ao grupo que importava ser alcançado. Nós, pessoas com deficiência, fomos – e temos sido – violentamente comunicadas de nosso isolamento a cada minuto dos dias de pandemia. Como no relato de Santos (2020):

É tenso na pandemia, você não vai sair de casa mas poderia estar muito mais ativa, no sentido de uma nova forma de vida, de buscar novas possibilidades de crescimento, como eu que estou buscando fazer o pós-doutorado, e isso complica quando você não tem tanta interagência (*sic*) com o professor porque não pode estar lá, ou quando você tem que escrever e precisa escrever mais rápido, poderia inventar coisas e a tecnologia não ajuda em nada. Ela ajuda sim, a você não ficar isolada, mas precisa dessa interdependência, de alguém que vá ler aquilo tudo que as pessoas estão escrevendo ao invés de mandar áudio, a encontrar os ícones certos para clicar, porque você não tem um aparelho facilitador, não tem um óculos, uma lupa, de repente poderia ser inventado, algo que pudesse fazer os ícones da barra de ferramentas serem maiores, mas ainda não achei, e a universidade poderia estar preocupada também com isso. Não é uma questão de compaixão ou de ajuda, é uma questão de interação e inclusão

---

<sup>1</sup> A Teoria Crip foi traduzida no Brasil por Mello (2019) e Gavério (2015) como Teoria Aleijada. *Crip*, em inglês, é uma abreviação de *cripple*, cuja tradução para o português é aleijado. Trata-se de uma perspectiva crítica que afirma que a deficiência está articulada a uma ideia de capacidade corporal compulsória. Assim, a deficiência se constitui social e culturalmente como uma oposição por relação a essa capacidade corporal compulsória, num marco que faz a distinção entre deficiência e capacidade. A teoria *queer* é fundamental para o entendimento de tais normas corporais tomadas como compulsórias, sejam a heteronormatividade e/ou a capacidade, estabelecendo hierarquias que excluem e subjugam corpos dissidentes.

de pessoas que são diferentes, “aleijados”, no mundo da universidade (Informação verbal).<sup>2</sup>

A banalização das violências que atravessam as pessoas com deficiência é encontrada no contexto acadêmico, seja pela ausência de suporte dentro dos setores universitários, seja pelo entendimento de que a acessibilidade tem relação direta e apenas com a estrutura física, arquitetônica, levando à crença de que isso já seria, por si só, suficiente, garantindo não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência das pessoas nesses espaços. Santos, no trecho acima, evidencia o quão a pandemia afetou a experiência acadêmica e de vida das pessoas com deficiência, pois, para além das questões de contágio ou contaminação, há um fator singular que passa pela experiência da deficiência, que não pode ser diminuída ou desconsiderada.

## 2 Nossos gestos-barreiras

Em 15 de março de 2020, o isolamento social foi iniciado no estado do Rio de Janeiro como medida sanitária em decorrência da Covid-19. A palavra “pandemia” rapidamente circulava por todas as pessoas e ganhou uma conotação popular. O termo faz referência ao caráter global que uma doença tem, tanto pelo modo como ela circula nas variadas esferas territoriais do planeta, como na maneira pela qual ela se instala nos países. Estarmos atentas ao termo é de alguma maneira não perder de vista que, ainda na circulação global de uma doença, há uma dimensão que não é apenas geográfica, que não se universaliza e que se realiza de acordo com as pessoas e as realidades em que adentra.

Transcorridos mais de 100 dias da pandemia, o Brasil totalizava 2.442.480 casos confirmados com 87.618 óbitos e o estado do Rio totalizava 157.834 casos confirmados com 12.876 óbitos (dados relativos a 27 de julho de 2020 [Brasil, 2020]), mas esses números foram bem maiores do que mostram os índices, porque uma parte, senão a maioria, dos casos foi subnotificada, ou seja, ficou fora das estatísticas oficiais. A pandemia não foi a mesma para todos, afirma Nísia Trindade de Lima (2020), presidenta da Fiocruz. O vírus pode atingir qualquer pessoa, mas foram muito desiguais as condições para se adotarem as medidas preventivas e de cuidados em saúde, havendo discrepâncias regionais e em diferentes localidades de uma cidade, bem como uma série de desigualdades preexistentes em nossa

---

<sup>2</sup>Relato escrito por Maria Aparecida Santos num aplicativo de mensagem que reúne o grupo de pesquisa, enviado em 1 jul. 2020.

realidade brasileira mesmo antes da pandemia, como as desigualdades de classe, raça, gênero e deficiência.

Bruno Latour (2020) se refere ao período da “quarentena”, do isolamento social, ao tempo de confinamento, como “a pausa do mundo” – um golpe de freio, uma parada imprevista que insurgiu como uma oportunidade capital de uma ampla e profunda revisão, pela sociedade, dos modos de produção e dos modos de viver. O autor nos convocava a exercer a função de interruptores da globalização, apostando nos *gestos-barreiras* contra modos de produção e redistribuição cujo retorno não queremos mais.

No transcurso da pandemia, as pessoas com deficiência seguiram na luta, com pautas acerca da inclusão, da acessibilidade, da restrição de mobilidade urbana, do acesso à rede de saúde, entre outras – que não são recentes. Essas pautas dizem respeito ao ativismo por uma justiça pela deficiência, expressão que Mia Mingus (2011, 2018) utiliza para sinalizar a centralidade da deficiência na promoção de um mundo acessível, mais justo. Propor uma comunidade mais justa é pautar a acessibilidade como tema central. De acordo com Sunaura Taylor (2018), a deficiência é uma categoria central, um marcador de opressão imbricado às outras formas de opressão social como raça, classe e gênero, sendo mutuamente constitutivas.

Os apagamentos históricos dos corpos com deficiência, marcados pela opressão, em prol de uma normalidade opressora – branca e capacitista (Dias, 2013; Mello, 2016) –, seguiram insistindo durante a pandemia, que expôs as desigualdades e situações de vulnerabilidades: aumento exponencial da violência contra as mulheres, assassinato de pessoas pretas em investidas policiais nas favelas do Rio e preterimento de pessoas com deficiência em relação aos “não deficientes” no fornecimento de respiradores nos atendimentos hospitalares, entre outras situações (SMDH, 2021). O que dizer do “novo normal”? A referida expressão foi utilizada para indicar novos comportamentos que eram necessários para que as pessoas se protegessem da contaminação pelo vírus, como foi o caso do uso das máscaras em locais públicos, utilização frequente de álcool em gel ou sabão para higienizar as mãos, evitar aglomerações. Juntar novo e normal é uma contradição, não há nada de novo na ideia de normal. A expressão “novo normal” comporta um sentido de que há algo ao qual todas as vidas deveriam se ajustar.

Um normal no qual todos os corpos caberiam: executar práticas, hábitos e gestos prescritos e tomados como óbvios e passíveis de serem realizados por todos e todas do mesmo modo. É uma expressão que banaliza as diferenças de classe, raça, gênero e deficiência. O “novo

normal” é a repetição do que já havia de opressão e exclusão no mundo antes da pandemia. Se retomarmos, mais uma vez, Mingus (2011, 2018), fica nítido que acesso e acessibilidade não foram centrais no “novo normal”. Foi como se os corpos não normativos ficassem, ontem e mais uma vez, de fora. Se pensarmos a partir da provocação de Latour (2020), urge perguntamos: quais foram/são os nossos gestos-barreiras para o que não queremos reinstalar do mundo antes da pandemia no mundo que precisaremos recompor? Como é que teceremos nossos laços sociais no pós-pandemia? Com quem? O “novo normal” é uma reiteração violenta da corponormatividade opressora.

Por esse motivo, nestas linhas registramos nossos gestos-barreiras. Não, a máscara opaca e branca na boca nunca foi o nosso novo-normal-universal; há pessoas que precisam ver e ler nossos lábios e nossas expressões faciais para se comunicarem conosco. Não, o toque não foi o sentido que precisava ser escorraçado, porque há pessoas que se orientam e se comunicam na vida pelo tato, como as pessoas cegas, surdo-cegas ou com baixa visão. Não, nem todas as pessoas passam álcool gel na mão, não porque não queiram, mas porque seus corpos têm outras mobilidades que precisam ser levadas em conta. Não, não bastava colocar tapetes sanitizantes nas entradas dos estabelecimentos, porque há pessoas que usam cadeiras de rodas e que precisam higienizar a cadeira de algum outro modo, talvez com algum apoio. Que ninguém responsabilize nossos corpos deficientes e nossas existências por riscos que corremos justo pela ausência de medidas que nos considerem. A direção dada por autoridades civis, científicas e de saúde sobre os procedimentos individuais de cuidados e de higiene não nos atendeu porque supôs, falsamente, que cada um de nós era capaz de viver fora de relações interdependentes. As direções sobre um retorno às atividades ou sobre os cuidados em condição de isolamento social não funcionaram porque não consideraram os corpos com deficiência, não consideraram nossas formas de vida. De fato, quando foi exposta a questão do isolamento social como medida de prevenção sanitária para conter a subida em progressão geométrica do contágio, era preciso interrogarmos: a quem estávamos incluindo no social e quem estávamos deixando de fora do social? Essa pergunta não surgiu com a pandemia, visto que já estava presente nas lutas pelos direitos das pessoas com deficiência e, certamente, em outras lutas que também precisam ser levadas em conta, inclusive interseccionalmente (Akotirene, 2018), como os movimentos negro, indígena, LGBTTQIA+, feministas.

Uma pergunta importante de se enfrentar nessa discussão é: qual a política de marcadores sociais que afirmamos no presente texto? Tradicionalmente, nas proposições

interseccionais (Akotirene, 2018), temos os marcadores gênero, raça e classe. A construção do pensamento interseccional para a nossa reflexão é fundamental; o termo é fruto das discussões das feministas negras e da ausência de marcadores sociais na construção do conhecimento, baseado historicamente no norte do globo terrestre, principalmente a Europa e os EUA. Ailton Krenak nos diz que:

a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2019, p. 8).

Na construção do pensamento interseccional, não há uma hierarquia de marcadores, mas um cruzamento que pode resultar em acesso e também em processos de opressão, como sinaliza Collins e Bilge (2016). Para as autoras,

as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar. Por exemplo, a maioria das faculdades e universidades da América do Norte encara o desafio de transformar seus campi em ambientes mais justos e inclusivos. As divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são mais evidentes no ensino superior. Hoje, faculdades e universidades abrigam um número maior de estudantes que, no passado, não tinham condições de pagar pelo ensino superior (questões de classe); ou estudantes que historicamente precisaram lidar com barreiras discriminatórias à matrícula (devido a questões de raça, gênero, etnia, autoctonia, estatuto de cidadania); ou estudantes que enfrentavam diferentes formas de discriminação (questões relativas a orientação sexual, capacidade, religião) nos *campis* (Collins; Bilge, 2016, p. 18).

A compreensão de que a universidade ainda é um espaço extremamente violento para as minorias não é uma novidade e tampouco algo distante da realidade brasileira, principalmente para as pessoas com deficiência, que, na maioria das vezes, têm o acesso e também a permanência dificultados nos mais variados espaços.

Nesse enfoque, a deficiência está “incluída do lado de fora” (subvertendo o sentido que vem se produzindo de que a inclusão é colocar rampa e não se pensar mais sobre isso).<sup>3</sup> Na

---

<sup>3</sup> Há que se sublinhar que Carla Akotirene, quando investiga o conceito de interseccionalidade, remontando-o à contribuição crítica do feminismo negro, menciona a deficiência como um marcador que precisa ser incluído nas interseções de opressões.

perspectiva que defendemos neste trabalho, seguimos as pistas de Anahi Mello e Adriano Nuernberg (2012) e Taylor (2018), que nos advertem para a importância de tratarmos interseccionalmente as opressões, incluindo a deficiência como um relevante marcador social de opressão. É dessa maneira que pensamos a deficiência, e não como um fenômeno isolado, restrito a alguns indivíduos. É um fenômeno transversal, estruturante dos modos como, social e historicamente, organizamos os corpos em função de suas capacidades presumidas. Dessa forma, a interseccionalidade seria construída como deficiência, gênero, raça e classe. Entendemos que, mesmo afirmando a interseccionalidade, é preciso perceber que as diversas pautas têm suas especificidades. Nessa direção, vale afirmar que nós estamos atentas aos diversos modos em que ocorrem apagamentos, bem como silenciamentos das questões impostas concretamente às pessoas com deficiência. Assim, mesmo sob esse marcador, é importante ressaltar que questões específicas se colocam se estamos frente a pessoas com deficiência visual, auditiva, motora, cognitiva.

Seguindo nessa trilha, encontramos a discussão de Mello (2019) quando menciona Audre Lorde sobre a hostilidade horizontal. O que se coloca nesse processo é o fato que, mesmo entre pessoas imersas na mesma luta, podem ocorrer apagamentos e invisibilização das diversas pautas. Muito dessa discussão está expresso pelas feministas negras (Akotirene, 2018) ao interrogarem as afirmativas de um feminismo branco. O mesmo argumento está em Mingus (2011, 2018), quando alerta os grupos dos quais faz parte sobre o que está exposto quando em uma reunião não se pensam as questões concretas de acesso que se colocam para cada pessoa ali presente.

A concepção neoliberal de corpo capaz e produtivo é capacitista ao marginalizar os corpos que não alcançam a produtividade esperada, no tempo esperado, como se fossem eles, por si sós, incapazes. O capacitismo é uma forma de nomear práticas discriminatórias e preconceituosas contra pessoas com deficiência. Capacitismo é a concepção presente no social que tende a pensar as pessoas com deficiência como não iguais, menos humanas, menos aptas ou menos capazes para gerir as próprias vidas, sem autonomia, dependentes, desamparadas, assexuadas, condenadas a uma vida eterna e economicamente dependente, não aceitáveis em suas imagens sociais. É o cenário social, ordenado por tal concepção de corpo capaz, que marginaliza e exclui outros corpos. Os modelos produtivos são, em sua maioria, baseados nas concepções de independência, eficiência e produtividade a partir de um padrão corporal

normativo. Um contraponto a essa perspectiva é o testemunho de Rezende (2020) sobre a experiência com a baixa visão, na direção do modelo social da deficiência (Gesser *et al.*, 2012):

[...] quando uma pessoa tem baixa visão ela não é cega, mas tem os limites da baixa visão, o que torna difícil o manuseio da tecnologia. Considerando o olhar da pesquisadora Jenny Morris [...], posso testemunhar que a baixa visão é uma lesão; deficiência é não ter mecanismos e aparelhos que propiciem a visão dos ícones dos computadores e dispositivos, para que consigam comunicar-se com seus pares e comunicar seus pensamentos de forma mais direta. (Rezende, 2020, informação verbal).<sup>4</sup>

É preciso, portanto, ater-se à multiplicidade de existências que compõem a sociedade e criar gestos-barreiras às práticas baseadas num padrão corponormativo. É urgente aprendermos que tecer comunidades diversas e heterogêneas é a radical afirmação de que somos interdependentes (Gomes *et al.*, 2019; Kittay, 2011): dependemos uns dos outros, das coisas, dos vírus, das bengalas, das tecnologias. Somos constituídas nos vínculos de dependência. Reconhecer esses vínculos, fortalecê-los e cuidar deles é tecer um mundo comum, diverso e heterogêneo.

Taylor (2018) usa a expressão “ideologia da deficiência” se referindo a uma ideologia do corpo e da mente capazes que perpassa contextos históricos e culturais diversos, hierarquizando as capacidades dos corpos, marginalizando a dependência experimentada por corpos deficientes. Justo neste ponto, a perspectiva feminista do modelo social da deficiência coloca em cena, entre outros aspectos, o caráter irrevogável da interdependência que nos constitui, a todos nós, pessoas com e sem deficiência. Para autoras como Taylor (2018) e Eva Kittay (2011), a interdependência não é um fracasso ou uma falha de alguns corpos. É, como diria Donna Haraway (2000), nosso destino e nossa ontologia.

A interdependência atravessa, portanto, todas as relações na vida, para pessoas sem deficiência e com deficiência, com distintos graus de conexão. Isso significa que todos nós, sem exceção, existimos porque somos interdependentes: das pessoas, das coisas, dos animais, do clima; dos humanos e dos não humanos. Não há como entender o mundo sem interdependência, e ela é heterogênea.

---

<sup>4</sup> Relato enviado ao grupo de pesquisa por meio de um aplicativo de troca de mensagens no ano de 2020, quando discutíamos, via aplicativo, questões relativas à acessibilidade.

### 3 Aleijar a universidade: nada sem nós

A universidade brasileira é atravessada por uma história plural e de muitas lutas. Desde o início do século XIX, a universidade pública se consolidou como um locus da elite e dos interesses da burguesia brasileira, tanto que algumas graduações, até os dias de hoje, são inacessíveis para pessoas pretas, pobres, transgênero e com deficiência. O desafio se dá quando acreditamos em outra universidade pública que leva em consideração as experiências e as histórias de quem nela chega, pois entendemos que a universidade não se resume à construção de um conhecimento erudito e excludente, mas a um espaço de construção afetiva e política de relações humanas. O grupo de pesquisa composto por todas as pessoas deste texto é exemplo disso.

O grupo de pesquisa intitulado PesquisadorCOM se reúne no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense desde o ano de 2008, sob a coordenação da professora Marcia Moraes. Tomando como referência as contribuições dos estudos de ciência e tecnologia e das epistemologias feministas, o que reúne e articula os trabalhos do grupo é a afirmação radical de que pesquisar é uma prática situada, que envolve estar COM os outros e outras com quem fazemos a pesquisa. Mas o que significa essa preposição COM quando articulada com a pesquisa em psicologia? Eis aí uma pergunta relevante que, se não pode ser respondida no geral, não deixa por isso de insistir localmente, em cada pesquisa, em cada encontro entre pesquisadoras/es e pesquisadas/os. Fazer com as pessoas a pesquisa, e não sobre elas, é uma direção de trabalho apontada por Moraes (2010) quando, em suas pesquisas no campo dos estudos da deficiência, afirma que faz pesquisa não sobre a deficiência, mas com as pessoas com deficiência. Isso significa dizer que, nos dispositivos de pesquisa, há um processo de transformação recíproca entre pesquisadoras/es e pesquisadas/os. As pessoas com quem fazemos pesquisa nos interpelam de volta, produzem conhecimentos conosco, colocam-nos em xeque em nossas localizações como sujeitos políticos. PesquisadorCOM (Moraes, 2010; 2022) implica levar em conta tais interpelações.

Algumas direções importantes para o PesquisadorCOM são apresentadas por Donna Haraway, no seu texto clássico “Saberes Localizados” (Haraway, 1995). Nesse trabalho, a autora estadunidense retoma a metáfora da visão para falar do conhecimento, afirmando que se conhecer é ver, essa visão, na perspectiva feminista, é, antes, uma política de ver. Não há, no conhecimento, um olhar de deus que tudo vê sem jamais ser visto. Esse olhar não marcado, afirma a autora, é o olhar do homem branco, hétero, sem deficiência. Ou, como afirma Lugones

(2014), é o olhar do sujeito colonial. É justamente na contramão dessa perspectiva que se erguem as vozes das epistemologias feministas – ainda que muito diversas – para afirmarem que conhecer é uma prática situada e localizada politicamente.

Seguindo por essas trilhas, o grupo PesquisarCOM vem se reunindo no curso dos anos para levar adiante pesquisas não só no campo dos estudos da deficiência, mas em outros campos da Psicologia Social brasileira. Desse modo, no grupo, os temas de pesquisa são distintos – e podem ser muito distintos –, mas a direção de trabalho é o fio que se reúne nessas pesquisas. Os sentidos do fazerCOM se desdobram e ganham contornos singulares em cada um dos trabalhos realizados pelas/os pesquisadoras/as do grupo.

No ano de 2016, no Programa de Pós-graduação em Psicologia em que uma das autoras esta vinculada, houve uma potente discussão em relação às ações afirmativas para pessoas com deficiência, principalmente levando em consideração que boa parte do quadro docente que trabalha na graduação, no mestrado e no doutorado não compreendia a importância de ter essas ações como um movimento de transformação da própria academia. Presenciamos falas e comentários desastrosos, como; “agora que a pós terá que abrir vaga para esse público, precisaremos fazer aula de reforço”, ou “o nível dos alunos vai cair, muita gente vai chegar sem ter muita noção de escrita, leitura e pesquisa”. Essas falas estão registradas em documentos institucionais, principalmente pelo Grupo de Trabalho das Ações Afirmativas, que, na ocasião, surgiu como forma de exercitar a importância da inserção desse público na universidade. Mediante a reconfiguração do campo acadêmico na atualidade e o entendimento de que nós, pessoas com deficiência, somos produtoras de conhecimento e protagonistas nesse espaço, a construção de uma universidade ocupada por nós é uma potente saída para a construção de um espaço que não apenas fala sobre nossas experiências, mas que esteja atento que não há outro caminho que nossos corpos por todos os cantos das universidades, produzindo conhecimento e pensando questões que interpelam esse mundo.

Não raro, sabemos o quão a universidade brasileira está muito distante de ser um espaço acessível e também acolhedor para as pessoas com deficiência. Os relatos de exclusão e capacitismo têm sido frequentes ao longo dos últimos anos.

#### **4 Considerações finais: para gestar e gerar outros mundos radicalmente aleijados**

O que aprendemos com as pessoas com deficiência nos força a implodir o normal, porque o normal é uma força que apaga nossos corpos deficientes, como se eles não existissem; o normal nos tira da cena, é uma tentativa de apagar nossas vidas e nossas histórias. É por isso que insistimos que não há novo normal e que propomos colapsar essa expressão no nascedouro. Em contrapartida a isso, apostamos que o caminho é o de aleijar o mundo. Marco Antônio Gavério (2015) nos convoca a um mundo aleijado (*crip*) fazendo uso da Teoria Crip, que retoma o termo pejorativo *crip*, abreviação de *cripple*, traduzido como aleijado. É uma convocação política estratégica feita por alguns ativistas com deficiência, como Gavério, para romper com a categorização dos corpos a partir de normas pré-estabelecidas.

(É através das) ameaças (...) aleijadas em suas esquisitices, monstruosidades, perversões e defeitos que conseguiremos pensar e criar cada vez mais espaços aleijados no mundo e que sejam mais um espectro (...) que ronde e assuste (...) as nossas normalidades (Gavério, 2015, p. 114).

Aleijar a universidade é exigir que ela fale dela, e não de nós, pessoas com deficiência. Que ela fale de suas opressões capacitistas que interferem na qualidade de nossa formação, agora e desde sempre. Aleijar a universidade é colocá-la a pensar sobre sua história na relação com a deficiência, e não sobre a nossa história, e menos ainda se apropriando de nossa luta. Aleijar a universidade é entender que as ações afirmativas para pessoas com deficiência — bem como as demais linhas da política de cotas — são centrais, são capitais e estão apenas começando. Não se pode dar um passo atrás na política de cotas porque tal política porta um vetor de transformação que precisa ser afirmado, levado adiante, consolidado e expandido.

Essa convocação a mudanças nos modos de conhecimento e produção da/na universidade parte do entendimento de que essa luta é um modo de afirmação da universidade como espaço estratégico de transformação social. Essas lutas estão juntas. Não podemos nos calar e permitir os apagamentos da deficiência e muito menos o esfacelamento da Universidade. Vivemos um período de abalos sobrepostos: a pandemia colocou o planeta em sobressalto e, junto disso, medidas governamentais em nosso país, especialmente no período entre 2020 e 2021, que foram insuficientes especificamente no controle da pandemia, como a demora na compra de vacinas e o incentivo ao uso de medicamentos ineficazes ao tratamento da doença.

Vamos insistir em políticas de reconhecimento e fortalecimento desses campos de luta. Essa escrita é um modo de inscrição dessas lutas que seguem e, nesse sentido, é uma escrita política.

É a partir desse lugar que podemos ensinar e aprender alguma coisa uns com os outros. Reunindo-nos, pessoas com e sem deficiência, na urgência de alejarmos o mundo para que caibam mais pessoas, para compor, amorosamente, o mundo em que vivemos. Na universidade, as pessoas com deficiência seguem na luta, seguem nos interpelando, convocando-nos a tecer mundos alejados. Ensinar e aprender, como práticas situadas, só fazem sentido se pudermos levar adiante essa interpelação. O que a universidade aprendeu e ensinou com as pessoas com deficiência durante a pandemia é que alejar o mundo, alejar as novas práticas cotidianas em tempos de coronavírus, é um gesto de amor e de cuidado. É um gesto político, ou seja, um trabalho diário de cuidarmos de nossos vínculos, de nossas parcerias, de tecermos nossa comunidade. É o trabalho que precisa permanecer vivo no pós-pandemia.

## Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, C. A. **E se experimentássemos mais?** Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

BRASIL. **Coronavírus Brasil**. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: BoiTempo, 2016.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. *In: 1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA*, São Paulo, 2013. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: [http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana\\_Dias.pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf). Acesso em: 21 fev. 2017.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, n. 28, p. 1-8, 2003. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO\\_ModeloSocialDeficiencia.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO_ModeloSocialDeficiencia.pdf). Acesso em: 4 mar. 2016.

FRANCO, L. O. P. **Por uma política da narratividade**: pensando a escrita no trabalho de pesquisa. Niterói: Eduff, 2016.

GAVÉRIO, M. A. Medo de um planeta aleijado? – Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. *Áskesis*, v. 4, n. 1, p. 103-117, 2015.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELLI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicol. Soc.*, v. 3, n. 24, p. 557-566, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>. Acesso em: 5 set. 2016.

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.; TONELI, M. J. F. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Rev. Estud. Fem.*, v. 27, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>. Acesso em: 2 jan. 2020.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: SILVA, T. T. (org.), **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

HARAWAY, D. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 mar. 2018.

KITTAY, E. F. The ethics of care, dependence, and disability. *Ratio Juris*, v. 24, n. 1, p. 49-58, 2011. Disponível: <http://evafederkittay.com/wp-content/uploads/2015/01/The-ethics-of-care.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LIMA, N. T. “A pandemia não é a mesma para todos”, diz a presidente da Fiocruz. Entrevista concedida a Eduardo Ribeiro. *Ecoa*. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/06/a-pandemia-nao-e-a-mesma-para-todos-diz-a-presidente-da-fiocruz.htm>. Acesso em: 5 out. 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 5 out. 2020.

MANSO, C. C. **Narrativas do não ver: (re)criações do corpo e do cegar**. Niterói: Eduff, 2016.

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Acesso em: 5 out. 2020.

MELLO, A. G. de. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (org.), **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. p. 125-142.

MORAES, M.; ALVEZ, C. A.; REZENDE, A. P.; SILVA, L. L.; BRAGA, M. P.; TSALLIS, A.; CHILUVANE, A. L. F.; ABRANTES, S. P.; SANTOS, M. A.; MELO, R. C. D.; OLIVEIRA, V. N. S.

MELLO, A. G. de.; NUERNBERG, A. H. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.** (UFSC. Impresso), v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>. Acesso em: 5 out. 2020.

MINGUS, M. Changing the Framework: Disability Justice. **Leaving Evidence**. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/02/12/changing-the-framework-disability-justice/>. Acesso em: 5 out. 2020.

MINGUS, M. Disability Justice is Simply Another Term for Love. **Leaving Evidence**. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2018/11/03/disability-justice-is-simply-another-term-for-love>. Acesso em: 5 out. 2020.

MONTEIRO, A. C. L.; RAIMUNDO, M. P. B.; MARTINS, B. GERARD. A questão do sigilo em pesquisa e a construção dos nomes fictícios. **Psicologia, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 157-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26864/PCS.v9.n2.6>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MORAES, M. PesquisarCOM: permanências e reparações. In: SILVEIRA, M.; MORAES, M.; QUADROS, L. C. de T. **PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2022.

MORAES, M.; ALVES, C. A. O que a universidade aprende e ensina com as pessoas com deficiência durante a pandemia. In: MENDES, A. *et al.* (org.). **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: Territórios existenciais na pandemia**. Brasil: IdeiaSUS/Fiocruz; Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência; DIHS/Ensp/Fiocruz; UFG, 2020. p. 41-42. Disponível em: [http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro\\_Dialogos\\_sobre\\_Acessibilidade\\_e\\_Inclusao\\_e\\_Distanciamento\\_Social\\_1ed.pdf](http://www.ideiasus.fiocruz.br/portal/publicacoes/livros/Livro_Dialogos_sobre_Acessibilidade_e_Inclusao_e_Distanciamento_Social_1ed.pdf). Acesso em: 12 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Sumário de políticas: uma resposta inclusiva para as pessoas com deficiência face à pandemia por covid-19. **Centro de Vida Independente**. 2020. Disponível em: <https://vidaindependente.org/wp-content/uploads/2020/05/onu-sumario-de-politicas-covid-19.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

PesquisarCOM. **Deficiência visual e capacitismo com Camila Araújo Alves**. Produção: Gabriela Machado e Leandro Marques. Idealização: Grupos de Pesquisa PersquisarCOM, Perceber Sem Ver/ Universidade Federal Fluminense. [S.l.]: BRDN, 1 vídeo (106 min), 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xCsekzo39U>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SILVA, L. L. da. **Composições possíveis: travessias no pluriverso dos encontros com a surdez**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

SDH – Secretaria de Direitos Humanos. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Produção: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Belo

Horizonte: Fazenda Filmes, 1 vídeo (62 min), 2010. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=uSZsJs3TN70>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humano. **Denúncia de violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil** [recurso eletrônico] / Sociedade Maranhense de Direitos Humanos ... [et al.]. – Passo Fundo: Saluz, 2021.

TAYLOR, S. **Beasts of Burden: Animal and Disability Liberation**. New York: New Press, 2018.

THINK, O. **Eixo 1: violência contra as mulheres**. 2020. Disponível em:  
<https://thinkolga.com/covid-19/violencia/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Enviado em: 21/03/2023

Revisado em: 06/08/2024

Aprovado em: 08/08/2024